

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRA/SERVIÇO Nº 26/2025

Município de Boa Vista do Incra

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Necessidade da Administração: Contratação de empresa para Emissão de certificados digitais padrão ICP-Brasil, no modelo A1 para pessoa jurídica (A1-CNPJ) e para pessoa física (A1-CPF) com instalação através de arquivo PFX, e modelo A3 para pessoa física (A3-CPF) em token.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Estudo Técnico Preliminar elaborado com base no Documento de Formalização de Demanda nº 18/2025 emitido pela Secretaria de Administração e nas solicitações

A necessidade da Administração é a contratação de empresa para Emissão de certificados digitais padrão ICP-Brasil, no modelo A1 para pessoa jurídica (A1-CNPJ) e para pessoa física (A1-CPF) com instalação através de arquivo PFX, e modelo A3 para pessoa física (A3-CPF) em token.

Os certificados digitais são indispensáveis para o cumprimento de exigências legais, sendo utilizados pelo Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Secretário de Agricultura, Secretaria de Saúde, e Secretaria de Finanças, dentre outros servidores municipais do Setor de Tributos, Setor de Contabilidade, Departamento de Gestão de Pessoal, Unidade de Controle Interno e Engenharia Civil.

Tais certificações permitem o envio de informações ao E-SOCIAL, acesso a sistemas governamentais, a assinatura digital de documentos oficiais e o envio de relatórios aos sistemas do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), além da gestão de convênios e demais atividades administrativas essenciais ao funcionamento regular da Administração Pública.

Os quantitativos solicitados são nos modelos A1 para pessoa jurídica (A1-CNPJ) e para pessoa física (A1-CPF) com instalação através de arquivo PFX, e modelo A3 para pessoa física (A3-CPF) em token. Ressalta-se que os certificados digitais do tipo A1 possuem validade de 12 (doze) meses, enquanto os certificados do tipo A3 possuem validade de 3 (três) anos. Contudo, as certificações atualmente utilizadas pelos servidores do Município encontram-se próximas do vencimento, o que torna necessária a emissão de novos certificados para evitar a interrupção dos serviços administrativos e o descumprimento de obrigações legais.

Destaca-se, ainda, que há contrato vigente para o mesmo objeto até a data de 31 de dezembro de 2025; entretanto, não há previsão contratual de prorrogação. Dessa forma, a Administração Pública necessita realizar nova contratação para a emissão dos certificados digitais solicitados assegurando a continuidade dos serviços e a regularidade administrativa.

Conforme Documento de Formalização de Demanda para melhor atender essa solicitação a emissão dos certificados ocorrerá conforme a demanda dos órgãos solicitantes, sendo que a contratação deverá ter o período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

| Item | Quant. | Descrição |
|------|--------|--|
| 1 | 10 | Certificado digital padrão ICP-Brasil, modelo A1, para pessoa física (A1-CPF), validade de 12 (doze) meses. |
| 2 | 01 | Certificado digital padrão ICP-Brasil, modelo A3, para pessoa física (A3-CPF), validade de 03 (três) anos. |
| 3 | 01 | Certificado digital padrão ICP-Brasil, modelo A1, para pessoa jurídica (A1-CNPJ), validade de 12 (doze) meses. |

2. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação pretendida foi prevista por parte dos órgãos solicitantes e encaminhadas para posterior aglutinação no Plano de Contratações Anual 2026, o qual será publicado no site oficial do Município.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 Os itens solicitados têm natureza de bens/serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de

especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2 A empresa deverá ter em seu objeto social atividades correlatas com a contratada;

3.3 A empresa deverá possuir a documentação necessária para a formalização da contratação;

3.4 PECULIARIDADES DO OBJETO E MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

3.4.1. Conforme a demanda dos órgãos solicitantes, a Secretaria de Administração encaminhará à empresa contratada a solicitação de emissão dos certificados de acordo com o tipo de certificação contratada e os dados pessoais dos usuários.

3.4.2. A contratada deverá realizar a emissão de certificados digitais padrão ICP-Brasil, no modelo A1 para pessoa jurídica (A1-CNPJ) e para pessoa física (A1-CPF) com instalação através de arquivo PFX, e modelo A3 para pessoa física (A3-CPF) em token.

3.4.3. O prazo para emissão dos certificados será de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Solicitação de emissão e dos dados dos usuários.

3.4.4. O certificado digital deverá ser gerado por uma autoridade certificadora (AC), que, segundo regras estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil, associa uma entidade (pessoa, ou máquina) a um par de chaves criptográficas.

3.4.5. A validação e emissão do certificado digital poderá ocorrer de forma presencial ou remota.

3.4.6. Para a validação e emissão do certificado digital de maneira presencial a visita poderá ser realizada em dias úteis conforme agendamento de comum acordo entre o Município de Boa Vista do Incra e a Contratada, nas dependências da Contratante.

3.4.7. Para a validação e emissão do certificado digital de forma remota, deverá haver o agendamento prévio e de comum acordo entre o Município de Boa Vista do Incra e a Contratada.

3.4.8. Para a execução do contrato, a contratada deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos e mão de obra suficientes e adequados para o desempenho dos serviços apresentados nas propostas, atendendo as normas técnicas e legais vigentes, nos termos exigidos no Termo de Referência.

3.4.9. As quantidades dos itens se destinam a Servidores e Secretários conforme quadro abaixo:

| Item | Quant | Secretaria | Servidor |
|---|-------|-------------------------------------|---|
| Item 01 E-CPF MODELO A1 | 02 | Gabinete do Prefeito | Prefeito Municipal Vice-Prefeito Municipal |
| | 01 | Secretaria de Administração | Departamento de Gestão de Pessoal |
| | 04 | Secretaria de Finanças | Secretário Municipal de Finanças Servidor da Secretaria de Finanças Servidor da Secretaria de Finanças Contadora |
| | 01 | Secretaria Municipal de Agricultura | Secretário Municipal de Agricultura |
| | 01 | Secretaria Municipal de Saúde | Secretária Municipal de Saúde |
| | 01 | Secretaria de Obras | Engenheiro Civil |
| Item 02 E-CPF MODELO A3 | 01 | Gabinete do Prefeito | Controle Interno |
| Item 03 E CNPJ MODELO A1 | 01 | Gabinete do Prefeito | Certificação CNPJ |

3.5 Obrigações das partes:

3.5.1 São obrigações da CONTRATANTE:

- I - Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA;
- II - Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;
- III - Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no presente estudo, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;
- IV - Designar servidor pertencente ao quadro da CONTRATANTE, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do contrato;
- V - Cumprir todas as demais cláusulas do contrato.

3.5.2 São obrigações da CONTRATADA:

- I – Prestar o fornecimento do objeto de acordo com as especificações, e prazos estabelecidos;
- II - Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o serviço contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;
- III - Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação/dispensa, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), sendo o caso;
- IV – Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- V - Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI), sendo o caso;
- VI - Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado;
- VII - Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;
- VIII - Executar as obrigações assumidas no contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação.

3.6 hipóteses de sanções e extinção contratual

3.6.1 A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades:

- I - multa de 3% sobre o valor total atualizado do contrato, pela inexecução parcial do contrato.
- II - multa de 10% sobre o valor total atualizado do contrato, pela inexecução total do contrato;
- III - Advertência ou suspensão do direito de participar em licitação do CONTRATANTE, por prazo não superior a 02(dois) anos, e ainda, declará-lo inidôneo para contratar ou transacionar com o Município.

3.6.2 Da extinção do contrato

As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.

A extinção do contrato poderá ser:

- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

3.7 Para a prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título habilitação:

3.7.1 Jurídica: Contrato Social ou requerimento de empresário individual com as alterações posteriores;

3.7.2 Fiscal, Social e Trabalhista: de acordo com os incisos I à VI do art. 68:

3.7.3 Econômica Financeira: de acordo com o inciso II do art. 69:

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Os quantitativos estimados para a contratação pretendida são os necessários para atender a demandas apresentadas pelas Secretarias:

| Item | Quant | Descrição | Quantidade por Secretaria |
|-------------|--------------|---|--|
| 01 | 10 | Certificado digital padrão ICP-Brasil, modelo A1, para pessoa física (A1-CPF), validade de 12 (doze) meses. | 02 - Gabinete do Prefeito |
| | | | 01 - Secretaria de Administração |
| | | | 04 – Secretaria de Finanças |
| | | | 01 - Secretaria Municipal de Agricultura |
| | | | 01 - Secretaria Municipal de Saúde |
| | | | 01 - Secretaria de Obras |
| 02 | 01 | Certificado digital padrão ICP-Brasil, modelo A3, para pessoa física (A3-CPF), validade de 03 (três) anos. | 01 – Gabinete do Prefeito |
| 03 | 01 | Certificado digital padrão ICP-Brasil, modelo A1, para pessoa jurídica (A1-CNPJ) | 01 - Gabinete do Prefeito |

5. ALTERNATIVAS DISPONÍVEIS NO MERCADO

Conforme pesquisa de mercado realizada para solução da necessidade administrativa, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, vislumbra-se possível, sob o aspecto técnico e econômico, a contratação de empresas especializadas em fornecimento de certificação digital.

Neste sentido, segue indicação de potenciais fornecedores:

- Safeagro Segurança da Informação – contratos anteriores.
- Conect Agora Certificadora - pesquisa realizada em empenhos anteriores.
- Ls Solucoes Contabeis Ltda – pesquisa no Licitacon.
- Rede Gaúcha de Certificação Digital EIRELI - pesquisa no Licitacon.

Tais referências foram obtidas por meio de pesquisa em empenhos de empresas que já forneceram itens de mesma natureza ao Município e em pesquisa no Licitacon, efetuadas com base no Decreto Municipal n.º 50/2022, que “Estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de Boa Vista do Incra, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Com base em dados levantados na Internet e na última contratação com o mesmo objeto (contrato nº 08/2025), estima-se para a contratação o valor total de R\$2.180,00 (dois mil cento e oitenta reais).

| Item | Quant. | Descrição | Valor unitário | Valor total |
|------|--------|--|----------------|--------------|
| 1 | 10 | Certificado digital padrão ICP-Brasil, modelo A1, para pessoa física (A1-CPF), validade de 12 (doze) meses. | R\$ 180,00 | R\$ 1.800,00 |
| 2 | 01 | Certificado digital padrão ICP-Brasil, modelo A3, para pessoa física (A3-CPF), validade de 03 (três) anos. | R\$ 180,00 | R\$ 180,00 |
| 3 | 01 | Certificado digital padrão ICP-Brasil, modelo A1, para pessoa jurídica (A1-CNPJ), validade de 12 (doze) meses. | R\$200,00 | R\$200,00 |

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta é a contratação de empresa para Emissão de certificados digitais padrão ICP-Brasil, no modelo A1 para pessoa jurídica (A1-CNPJ) e para pessoa física (A1-CPF) com instalação através de arquivo PFX, e modelo A3 para pessoa física (A3-CPF) em token, visando atender as necessidades das secretarias solicitantes deste objeto.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que deverão ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Em vista disto, o princípio do parcelamento não deverá ser aplicado à presente contratação, tendo em vista que eventual divisão do objeto geraria perda de economia de escala e causaria inviabilidade técnica, pois geraria maior trabalho de fiscalização contratual frente à falta de padronização e uniformização.

Ademais, a existência de mais de uma empresa contratada poderia trazer uma série de transtornos quanto à eventual responsabilização por eventuais sinistros ocorridos

9. RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se, com o presente processo administrativo de compra, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município.

Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os possíveis fornecedores, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.

A contratação decorrente do presente processo administrativo de compra exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Para a contratação futura pretendida, a Administração providenciará o empenho prévio da despesa em favor da empresa, e a designação do gestor e fiscais do contrato.

Caberá à cada órgão participante proceder à fiscalização rotineira dos serviços prestados, juntamente com os fiscais designados, conforme Portaria nº 439/2025 e suas alterações posteriores, representantes de cada secretaria, quanto à quantidade, qualidade, compatibilidade com as características ofertadas na proposta e demais especificações.

Os gestores do contrato são os indicados no Decreto nº 422/2023, que “Regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de Boa Vista do Incra, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.”

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a aquisição/operacionalização dos serviços podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta.

Os serviços que se pretende, portanto, são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRABALHISTAS

Não se vislumbram impactos ambientais provenientes desta contratação.

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a contratação é viável, atendendo aos padrões e preços de mercado.

Viabilidade aprovada pelo responsável pela unidade demandante:

Cirineu Ribeiro
Secretário de Administração e Planejamento

Relatora responsável pela elaboração:

Kelen de Oliveira da Silva
Coordenadora Administrativa

Boa Vista do Incra, 16 de dezembro de 2025.

ANEXOS DO ETP:

1 – SOLICITAÇÕES DAS SECRETARIAS.